

# NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 45 - Maio de 2018



Presidente: Antônio Messias Rios Bastos

## Vender a Caixa não é opção

Defender a Caixa 100% pública. É com esse entendimento que os empregados da instituição na Bahia vão para o CONECEF. O principal banco público do país está presente na vida de todos os brasileiros. Vendê-lo não é uma opção.

Página 4



# Revisão no estatuto causa estranheza



A notícia não causaria estranheza se tivesse sido discutida amplamente com os participantes. Mas o fato é que a revisão no estatuto da FUNCEF tem deixado muitas perguntas sem respostas. Foi anunciada somente depois do processo eleitoral da Fundação, mais precisamente no início de maio, embora a decisão tivesse sido tomada em janeiro. Uma movimentação que deixou os empregados da Caixa em alerta total.

O grupo de trabalho, inclusive, havia iniciado as atividades desde 3 de abril e os participantes só terão conhecimento depois da apresentação da proposta final, quando será submetida a uma consulta pública que fica disponível por 15 dias.

A FENAG e demais entidades representativas pressionaram e a FUNCEF se viu obrigada a receber sugestões. Mas, o fato é

que o processo de revisão está muito longe de ser transparente e ninguém sabe o que virá pela frente, sobretudo diante do atual contexto de ataque à Caixa e a todos os direitos dos empregados.

Importante destacar que o artigo 32 do atual estatuto, em vigor desde 2007, estabelece que qualquer mudança nas



cláusulas tem de ser votada por, pelo menos, quatro membros do Conselho Deliberativo. Mas, posicionamento recente do grupo, inclusive dos três conselheiros eleitos há um mês, deixa os participantes extremamente desconfiados. É para ligar o sinal vermelho.



## Seis meses da Reforma Trabalhista: balanço de uma tragédia anunciada



Em novembro entrou em vigor a lei 13467 que alterou 117 dispositivos da CLT. Justificada sob o argumento de que a CLT estava obsoleta, quando na verdade 85% do seu texto original já tinha sido alterado ao longo do tempo, a Reforma Trabalhista aprofunda as desigualdades no país.

O desemprego atinge níveis alarmantes. Nem de longe lembramos do Brasil que alcançou a menor taxa de desocupação da história com 4,3% em dezembro de 2014. O DIEESE aponta 14% de desempregados atualmente, o que equivale a 13,1 milhões de pessoas.

A promessa de que o trabalho intermitente e a terceirização sem limites possibilitaria mais empregos não se confirmou. Apenas 20 mil vagas foram criadas para o trabalho em tempo parcial, enquanto que 145 mil vagas de contratos convencionais foram extintas, desde novembro.

A Reforma Trabalhista deve piorar o cenário econômico. Com a redução da massa salarial e a perda de direitos, o consumo da população sofre forte impacto, reduzindo as previsões de crescimento do PIB.

Enquanto isso, os investimentos públicos e privados caem e o país fica sem perspectiva de sair do buraco, em razão de uma política econômica destrutiva das riquezas nacionais e inibidora de novos negócios. Os poucos empresários que possuem alguma capacidade financeira, preferem investir na especulação, aplicando em títulos, agraciados pelas taxas de retorno dos juros bancários.

Cresce o número de trabalhadores no mercado informal. Os aumentos consecutivos do salário mínimo acima da inflação são interrompidos. A violência atinge níveis exponenciais. Qual o futuro do país?

A Reforma da CLT aprovada por um Congresso Nacional capturado pelo poder econômico foi tão perversa, que o próprio governo editou uma Medida Provisória para mitigar seus efeitos em alguns itens. No entanto, com a perda da validade da MP 808, volta a vigorar o texto original da Reforma Trabalhista.

Trabalho da gestante em ambiente insalubre, jornada de 12 horas para qualquer categoria através de negociação individual, tabela de indenizações baseada no salário (o que viola o princípio da igualdade, pois uma vida poderá valer mais que a outra em caso de acidentes, prejudicando os mais pobres), são algumas das aberrações que foram legalizadas com a extinção da MP 808.

As restrições impostas para o acesso à justiça do trabalho fizeram com que os novos processos trabalhistas caíssem pela metade, em comparação com igual período do ano passado. Os trabalhadores estão com receio de ingressarem com ações, pois podem vir a serem condenados a pagarem custas, honorários de sucumbência e periciais, aumentando a sonegação de direitos.

Sindicatos foram fragilizados e perderam não apenas capacidade financeira de resistir ao desmonte dos direitos, mas foram atingidos em cheio com a possibilidade de criação de comissões de empresa paralelas, acordos individuais entre empregado e empregador, bem como a não obrigatoriedade das homologações das rescisões dos contratos de trabalho.

**\*Augusto Vasconcelos é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, empregado da Caixa, advogado e professor de Direito Previdenciário. Artigo completo está disponível no site.**

## SAÚDE CAIXA

# Por um triz

Não se engane. As mudanças que o governo tenta impor aos planos de saúde das estatais atingem em cheio todos os empregados da Caixa. Não há quem não se prejudique. Com os ataques, a única saída é a mobilização. Bancários de todo o país devem participar.

Existe uma ameaça real à sustentabilidade da assistência médica, que ficará mais cara e inacessível para os trabalhadores, principalmente os aposentados. De acordo com as resoluções publicadas pelo governo e com o estatuto da instituição, o custeio do plano fica limitado a 6,5% da folha de pagamento para a participação da Caixa.

Importante destacar que des-

de 2004, o banco paga 70% das despesas assistenciais e os usuários ficam responsáveis por 30%. Não é só isso. Atualmente,

os filhos até 27 anos têm direito ao plano de saúde. Com as alterações, somente terão direitos até os 24 anos e se tiverem cursando o 3º grau.

Outro mudança é referente à carência. Atualmente não há período. Mas, com as resoluções, passa a ter. A atitude demonstra a real intenção de

desmonte do banco. Há ainda a precarização da estrutura de atendimento aos usuários.

Não há justificativa para as mudanças. Em 2016, o Saúde Caixa acumulou superávit que chegava a R\$ 670 milhões. No entanto, o relatório atuarial do ano passado ainda está restrito à gestão do banco.



## Campanha Nacional

Diante da onda de ataques a um direito adquirido, a FENAG e demais entidades representativas dos empregados da Caixa, realizam uma ampla

campanha em defesa do Saúde Caixa. A intenção é sensibilizar usuários e dependentes para a importância do convênio médico e ampliar a participação dos ativos e aposentados nas atividades pela manutenção do atual modelo do plano de saúde.

O tema é "Saúde Caixa: eu defendo". Entre as ações definidas, a distribuição de informativos sobre a cobertura do convênio médico e os diferenciais em relação aos planos de mercado. É fundamental destacar que o atual modelo de custeio do Saúde Caixa não discrimina idade, faixa salarial ou se o empregado é aposentado ou da ativa.



## Nossa AGECEF: um jornal democrático

A partir desta edição, de número 45, o jornal mensal Nossa AGECEF vai disponibilizar espaço para todo empregado Caixa candidato nas eleições de outubro deste ano. Para ter o texto publicado aqui, basta enviar para o e-mail [redacaoagecef@gmail.com](mailto:redacaoagecef@gmail.com).

## MO utilizado indevidamente

Em todo o país, centenas de denúncias indicam que a Caixa vem utilizando indevidamente o MO 21.182, ameaçando descomissionar os empregados. A situação é mais agravante para os gerentes PJ e PF. O assédio aos bancários é intenso. Mas, na Bahia, a atuação das Superintendências tem conseguido reduzir os impactos.

A meta é de 200 pontos para que uma agência mantenha a função PJ. Meta essa que é inalcançável para gerentes de agências que não possuem carteiras consolidadas.

Na verticalização, a Caixa prioriza cliente de alta renda, atuando em segmentos fidelizados pelos privados. Com isso, o encarteamento de cliente com até R\$ 360 mil de faturamento anual, a maior parte da carteira PJ, gera poucos pontos.

Após o descomissionamento dos gerentes PJ, o próximo alvo é a função de gerente PF. Na Bahia, a Superintendência Regional tem conseguido evitar maiores danos, graças a mobilização dos empregados.



O jornal Nossa AGECEF agora terá uma coluna dedicada a **VOCÊ**, empregado Caixa. Quem tiver artigo ou qualquer outro material de comunicação publicado aqui ganha R\$ 100,00 em um jantar. Pode ser qualquer texto. Sobre hobby, curiosidades, conhecimentos gerais. O que vale é participar. Basta enviar o material para [redacaoagecef@gmail.com](mailto:redacaoagecef@gmail.com) e cruzar os dedos.

## CAMPANHA SALARIAL

# A Caixa é inegociável

Enfraquecer as empresas públicas e retirar direitos dos brasileiros são prioridades do governo federal, como prova a reforma trabalhista. Isso não dá para discutir. Os resultados da nova legislação estão aí e atingem a todos. Justamente nesse cenário difícil em que o emprego e o patrimônio nacional es-

tão em risco que aconteceu a Conferência dos Bancários da Bahia e Sergipe, nos dias 19 e 20 de maio, no Hotel Portobello, Salvador. A AGECEF-BA foi muito bem representada. Uma participação recorde.

Entre os empregados da Caixa presentes no encontro específico realizado no dia 19,

um consenso: o banco 100% público é inegociável. O banco é líder na concessão de crédito habitacional, responsável pelo pagamento de bilhões de reais em benefícios de programas de inclusão social. Tem um papel fundamental no pagamento de direitos dos trabalhadores e benefícios da Previdência. Para se ter ideia, a carteira imobiliária registrou movimentação de R\$ 421,4 bilhões, dos quais R\$ 221,9 bilhões com recursos do FGTS. Sem falar no lucro de mais de R\$ 12 bilhões registrado no ano passado. Portanto, ir para o balcão de negócios do governo federal não é uma opção.

As discussões, no entanto, foram muito além. Diante da conjuntura difícil, os bancários decidiram pela reafirmação

das reivindicações específicas de 2016. Mas, as ações em defesa do Saúde Caixa e da FUNCEF ganham mais força. Para o fundo de pensão, querem a formalização do observatório do participante e a criação de um grupo de trabalho para solução do contencioso.

Também querem atenção à saúde, com destaque para o adoecimento mental, sobretudo o aumento dos casos de depressão, síndrome do pânico e, inclusive, de suicídios. Durante o encontro, os participantes reafirmaram ainda a importância de os empregados se envolverem nas campanhas em defesa do banco e dos direitos.



## Os bancos em números

Entre as deliberações da Conferência, manutenção do emprego, melhorias na saúde e condições de trabalho. O evento teve espaço para debater a situação do sistema financeiro em um ambiente de crise. A conclusão é de que os bancos não sentem os reflexos.

Os dados do Dieese revelam que Itaú, Caixa, BB, Santander e Bradesco, são responsáveis por 86% do mercado bancário.

Essas empresas obtiveram lucro líquido de R\$ 77,4 bilhões. Em contrapartida, cortaram 17.905 postos de trabalho e fecharam 1.485 agências.

## Momento de alerta

Além das questões específicas, a Conferência dos Bancários da Bahia e Sergipe também teve espaço para o debate sobre o atual cenário político e econômico nacional. O reitor da UFBA, João Carlos Salles, destacou que em pouco tempo o Brasil saiu de uma democracia social centrada no desenvolvimento sustentável para uma situação marcada por retrocessos, autoritarismo e eliminação de políticas públicas e extinção de direitos trabalhistas.

Para reverter o quadro, os bancários são fundamentais e a campanha salarial é um bom momento. É o que afirma o presidente do Sindicato da Bahia, Augusto Vasconcelos, que também é empregado da Caixa. Mas, segundo ele, é fundamental ir além e a eleição de outubro próximo será o divisor de águas para o país.

## Gestores rumo ao CONECEF

Durante o Encontro dos Empregados da Caixa, que integrou a programação da Conferência dos Bancários da Bahia e Sergipe, os participantes elegeram os delegados para o 34º CONECEF. Os gestores da Bahia serão representados por Antônio Messias (presidente da AGECEF-BA), Aline Campos e Elisa Escariz.

O Congresso Nacional dos Empregados da Caixa acontece nos dias 7 e 8 de junho, em São Paulo. Os debates terão como eixos Nenhum Direito à Menos, Caixa 100% Pública, Saúde Caixa e Funcef, Saúde e Condições de Trabalho.

